

O MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DO PARANÁ ENTRE 1992 E 2003

Armando Vaz Sampaio

Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo (USP), professor adjunto do Departamento de Economia da Universidade do Paraná (UFPR).

No período compreendido entre 1992 e 2003, o Brasil passou por grandes transformações, a exemplo da estabilização da moeda — com a introdução do Plano Real, em 1994 — e da abertura comercial acompanhada pela valorização do câmbio. Tais mudanças atingiram também os vários estados da federação. O presente artigo tem como objetivo analisar as conseqüências dessas transformações sobre o mercado de trabalho paranaense, tomando como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

As relações entre os diversos estados da federação se intensificaram nos últimos anos, no que diz respeito ao fornecimento de insumos, produtos e serviços dentro dos estados e entre eles. O Paraná participa dessa mudança estrutural da produção através do crescimento das relações dentro do próprio estado, da região metropolitana de Curitiba (RMC) e de pólos regionais como Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu, fornecedores de serviços regionais. Ao mesmo tempo, intensificou-se o fornecimento de insumos e produtos para os grandes mercados consumidores nacionais e internacionais. Nesse contexto, observou-se o crescimento da população residente e da população total no Estado do Paraná, como se observa na Tabela 1.

TABELA 1
ÍNDICE DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO RESIDENTE DA RMC, INTERIOR DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ — 1992-2003

Ano	População Residente ^a			População Total ^b		
	RMC	Interior	Paraná	RMC	Interior	Paraná
1992	70	93	86	66	87	81
1993	71	93	87	69	88	83
1995	74	94	88	71	90	84
1996	75	94	88	73	90	85
1997	84	96	92	81	92	88
1998	86	97	93	84	94	91
1999	88	97	95	86	95	92
2001	96	99	98	94	97	96
2002	98	99	99	97	99	99
2003	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/PNAD.

^a Com 0 ou mais anos.

^b Com 10 anos ou mais.

Esse fato foi mais intenso na RMC, pois a população residente cresceu na ordem de 30% entre 1992 e 2003, passando de 2.060.937 para 2.946.165, enquanto a população total cresceu na ordem de 34%, passando de 1.617.048 para 2.440.713 de pessoas. Por outro lado, a população residente no Estado do Paraná cresceu 14% e a população total cresceu 19%. Finalmente, o interior do Estado do Paraná — excluindo a RMC — registrou um crescimento da população residente de 7% e da população total de 13%.

Em todas as regiões houve um aumento mais acentuado da população total em relação à população residente. Isso está relacionado à diminuição da natalidade, pois, em 1992, o número de filhos nascidos vivos por mulheres que tiveram filhos era de 3,69, e em 2003, a percentagem da população entre 0 e 9 anos passou para 3,17. A população residente, para as três regiões geográficas (RMC, Estado do Paraná e interior), variou aproximadamente de 21,50%, em 1992, para 17% em 2003. Assim, o crescimento da população total foi resultado, principalmente, da migração ocorrida de outros estados para o Paraná e dentro do próprio estado.

Na análise do crescimento da população total na região, as pessoas que conseguiram trabalho refletem a *performance* da população ocupada (PO). A PO na RMC era, em 1992, 32% menor do que em 2003, ao passar de 930.970 para 1.370.648 pessoas. Esse aspecto é suficiente para evidenciar a intensidade da transformação ocorrida na estrutura produtiva na RMC.

Parte da população que procurou trabalho mas não o obteve reflete a população desocupada (PD), e mostra que os novos postos de trabalho não foram suficientes para atender ao aumento da população total (PEA + PNEA). Isso ocorreu principalmente na RMC, como se observa na Tabela 3.

Com relação à taxa de desemprego, o seu aumento na segunda metade da década de 1990 foi resultado da política macroeconômica realizada no período, cujo efeito foi maior na RMC e menor no interior do Estado do Paraná (exceto a RMC).

TABELA 2
ÍNDICE DA PO E DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA DA RMC, INTERIOR DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ — 1992-2003

Ano	População Ocupada			População Desempregada		
	RMC	Interior	Paraná	RMC	Interior	Paraná
1992	68	89	83	50	68	61
1993	66	90	84	42	62	54
1995	75	92	87	51	79	69
1996	76	88	85	49	74	65
1997	83	88	86	79	85	83
1998	82	91	88	100	90	94
1999	86	90	89	105	124	117
2001	97	94	95	98	105	102
2002	102	98	99	99	94	96
2003	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/PNAD.

TABELA 3
TAXA DE DESEMPREGO NA RMC, NO INTERIOR DO ESTADO E NO PARANÁ — 1992-2003

Ano	Taxa de Desemprego (%)		
	RMC	PR	Interior
1992	7,08	5,40	4,90
1993	6,09	4,77	4,39
1995	6,56	5,72	5,45
1996	6,20	5,57	5,36
1997	8,98	6,87	6,09
1998	11,21	7,55	6,22
1999	11,11	9,18	8,46
2001	9,43	7,67	6,97
2002	9,07	6,95	6,09
2003	9,36	7,15	6,28

Fonte: IBGE/PNAD.

Nota: Taxa de desemprego = (PD/PEA) x 100.

Quanto ao poder aquisitivo da população ocupada no estado, em 1992, 26,02% ganhavam até 1 salário mínimo, passando para 20,75% em 2003. Apesar da redução do número de pessoas ocupadas nessa faixa salarial, esses percentuais são bastante preocupantes, pois a baixa remuneração está associada ao nível de escolaridade, o que perpetua um ciclo vicioso em que a baixa remuneração e a baixa escolaridade dos pais resultam na baixa remuneração e escolaridade dos filhos, dificultando, assim, a mobilidade social desse grupo de pessoas. No que diz respeito ao nível de escolaridade da PO no Estado do Paraná, houve uma melhoria, pois, em 1992, 33,43% tinham até três anos de estudo e, em 2003, esse percentual passou para 18,30%.

No entanto, essa discussão sobre o nível de escolaridade da mão-de-obra deve ser analisada com cuidado, pois embora esse progresso do nível educacional gere maior facilidade de colocação no mercado de trabalho e seja de fato necessário, não será suficiente se não for acompanhado pelo crescimento econômico do país, o que resultaria em novos postos de trabalho.

A Tabela 4 indica um aumento da taxa de desemprego da população com nível de escolaridade maior. É evidente que, se o aumento da oferta de mão-de-obra com escolaridade maior não for proporcional à criação de novos postos de trabalho, haverá um aumento do desemprego; some-se a isso a criação de postos de trabalho de baixa qualidade, revelada, por exemplo, pela diminuição de postos de trabalho na indústria e aumento destes no setor de comércio e serviços. Essa situação é conhecida no Brasil, principalmente na segunda metade da década de 1990, quando ocorreu um aumento da produtividade da indústria e uma redução dos seus postos de trabalho. No que diz respeito ao Estado do Paraná, a indústria de transformação absorvia, em 1992, 10,96% das pessoas ocupadas, passando, em 2003, para 14,28%. Outro setor que apresentou uma mudança acentuada foi o agrícola, que, em 1992 empregava 35,48% das pessoas ocupadas, caindo, em 2003, para 22,56%, fenômeno associado ao aumento da mecanização no campo que diminuiu, dessa forma, o surgimento de novos postos de trabalho no setor.

TABELA 4
TAXA DE DESEMPREGO SEGUNDO ESCOLARIDADE NO PARANÁ — 1992-2003

Escolaridade	Taxa de Desemprego (%)	
	1992	2003
Sem Instrução e < 1 Ano	0,43	0,34
1 a 3	0,86	0,60
4 a 7	2,55	1,84
8 a 10	0,93	2,17
11 a 14	0,54	1,89
15 Anos ou mais	0,08	0,24
Sem Declaração	0,01	0,08
Total	5,40	7,15

Fonte: IBGE/PNAD.

A análise do desemprego deve ser acompanhada do estudo sobre o fenômeno conhecido como subemprego, ou do trabalho não-compatível com o nível de escolaridade do trabalhador. Quando se discute nível de estudo da PO, observa-se uma melhoria em termos de quantidade de trabalhadores com maior número de anos de estudo, mas é necessário também considerar a qualidade do estudo que esses trabalhadores receberam, pois já se tem conhecimento, através da literatura, sobre o aumento do analfabetismo funcional — pessoas com nível de estudo básico mas que não se sentem capazes, por exemplo, de fazer uma interpretação de texto.

Conforme apontam os dados anteriores, o Estado do Paraná acompanhou a tendência nacional relativa ao crescimento da escolaridade da mão-de-obra e da urbanização do estado, associado ao crescimento do desemprego na região metropolitana. Como se pode perceber, a dinâmica do mercado de trabalho é um reflexo, em muitos aspectos, da política macroeconômica adotada pelo país. Para melhorar as condições dos trabalhadores em relação à colocação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, o seu poder aquisitivo, é necessário que as autoridades estaduais estejam atentas, nas discussões econômicas, às políticas estaduais que possam interessar aos trabalhadores e, nesse caso, especialmente, aos trabalhadores paranaenses. Políticas voltadas à criação de novos postos de trabalho no interior, a exemplo dos arranjos produtivos locais, podem favorecer a melhoria da qualidade de vida no interior, intensificando uma migração inversa.